

## **MR13: Avaliação da implementação e resultados das políticas de inclusão racial nas Universidades Federais do Sul do Brasil**

**Coordenação:** Marcos Silva da Silveira (UFPR)

**Debatedor/a:** Maria Nilza da Silva (UEL)

**Participantes:** Denise Jardim (UFRGS), Judit Gomes (UFPR), Alexandra Alencar (UFSC)

### **Resumo:**

O cenário político tem posto em evidência a avaliação dos resultados das políticas de inclusão discutindo sua validade e potencialidades. É oportuno pensar numa mesa onde estas políticas passem por uma avaliação acadêmica, praticamente 20 anos depois do início das discussões que levaram à sua implantação. Como foram promovidas e acompanhadas por antropólogas e antropólogos, entre outros cientistas sociais e educadores, é possível construir um olhar antropológico sobre os resultados das mesmas, que contribua para o debate atual em torno da sua continuidade e dificuldades, tanto quanto sobre outras políticas inclusivas, como as cotas para negros no serviço público. A região sul do Brasil é conhecida por ser a única região de expressiva maioria branca do País, com um quadro étnico racial sui generis. Sendo assim, questões que as políticas de inclusão racial procuraram equacionar, como o racismo estrutural, a lógica da branquitude normativa, o acesso ao mercado de trabalho formal, a ascensão social, a formação de quadros, devem ter, à princípio, características distintivas, quando vistas a partir das principais Universidades da Região. A esta mesa foram convidadas pesquisadoras com muita experiência prática nos desafios que a execução dessas políticas tem enfrentado, em cada uma das suas Universidades. A ideia é ouvi-las em conjunto para que seja possível formar uma visão regional dos resultados obtidos, e apontar para questões mais abrangentes e de relevância nacional.

### **Entre jogos de cena e pulsões de justiça: um olhar antropológico sobre as comissões de heteroidentificação na UFRGS.**

**Autoria:** Denise Jardim

Este trabalho versa sobre as práticas jurídico-administrativas e a implementação de ações afirmativas na graduação da UFRGS longo de 15 anos. Focalizo a introdução de novas tecnologias e rotinas na instituição de ensino superior visando a implementação de reserva de vagas. O trabalho pretende refletir sobre o que aprendemos e como lidamos, como antropólogos e antropólogas, quando estamos imersos na implementação das cotas e na reformulação de práticas institucionais rotinizadas. Destaco alguns exemplos que permitem examinar jogos de cena e pulsões por justiça que impulsionaram novas rotinas administrativas. O objetivo é problematizar os discursos genéricos sobre procedimentos e os modos de implementação das comissões de verificação para o ingresso na modalidade de autodeclarados negros e negras na UFRGS. Com base na experiência direta na coordenação e elaboração de equipes para capacitação e trabalho de comissões de ingresso, apresento os dilemas administrativos e jurídicos que não são imediatamente visíveis, próprios do campo administrativo e institucional, em contraste com temas que ganham repercussão política e tendem a dominar o debate público.

### **Saberes afirmativos no fazer universitário: uma perspectiva antropológica sobre as experiências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

**Autoria:** Alexandra Alencar

As políticas de ações afirmativas no contexto da UFSC foram implementadas em 2008 frente a um contexto

de herança colonial catarinense na qual constituiu um espaço universitário voltado majoritariamente para a elite branca deste Estado. Nas últimas décadas, essas políticas afirmativas implementadas por força da luta dos movimentos sociais e nova legislação brasileira promoveram o acesso ao ensino superior por setores populares historicamente marginalizados neste país. Contudo as iniciativas administrativas e pedagógicas mobilizadas pela instituição tem ainda alcance preliminar, considerando seu período de existência e atuação. Assim a presença das diversidades indígena, negra, de mulheres, deficientes, quilombolas e LGBTQ+ no contexto universitário brasileiro, e em específico na UFSC, nos convida ao exercício reflexivo crítico das experiências plurais provenientes das relações constituídas entre a educação intercultural e a universidade. Desta maneira nosso objetivo, por meio de várias experiências de observação e produção de conhecimentos antropológicos sobre as políticas de ações afirmativas na UFSC, é partilhar e refletir de que forma tais saberes e fazeres afirmativos tem propiciado mudanças nos próprios saberes e fazeres universitários no que tange suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

### **As políticas afirmativas na UFPR e as transformações na estrutura institucional**

**Autoria:** Judit Gomes

O objetivo deste texto é apresentar o panorama atual das políticas afirmativas na Universidade Federal do Paraná (UFPR) implementadas a partir de 2004, em específico as de corte racial. E, concomitantemente, demonstrar como a emergência de uma estrutura institucional para tratar da diversidade dessas políticas possibilitaram em 2017 o estabelecimento da Superintendência de Inclusão Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD/UFPR). A pesquisa toma como referências as pesquisas de Ciméa Bevilaqua (2005); Paulo Vinícius Baptista da Silva (2008, 2022); Lílíana Porto (2011) e Emerson CERVI (2011). E também relatos de servidoras e servidores responsáveis por diferentes áreas e ações da SIPAD.<sup>3</sup> O material etnográfico revela que para a consolidação das políticas afirmativas para pessoas negras na graduação, na pós-graduação e no serviço público federal é preciso um esforço coletivo das diferentes instâncias e segmentos da comunidade universitária.

### 33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

#### Realização:



#### Apoio:



#### Organização:

